

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Nome

Código Ato

Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
-----	-------	---------------------------

021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
-----	---	--

XXX	XX	XXX
-----	----	---

XXX	XX	XXX
-----	----	---

XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
-----	----	---------------------------------------

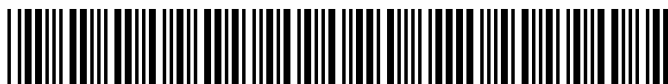
XXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
-----	----	---------------------------------------

[illegible]


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:



00-2019/257358-6

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

12

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2019/257358-6 Data do protocolo: 03/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2019 SOB O NÚMERO 00003601944 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 77A4DB4AA1D4497D21EC479572CB1200D7A807535758570D5D69831951D7BD62

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/12





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0787896-7

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2019/257358-6

03/05/2019 - 15:28:27

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003466200 - 27/12/2018

NIRE: 33.2.0787896-7

ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

Órgão	Catulado	Pago
Junta	202,00	202,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 103054870

Hash: DE4E58FD-BE44-496E-9FE9-C3C061449983



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

RIO DE JANEIRO

Local

03 DE MAIO DE 2019

Data

Representante legal da empresa

Nome:	GIVANE ROSTO LOES
Assinatura:	
Telefone de contato:	(21) 3233-4700
E-mail:	GIVANE.LOES@MAZARS.COM.BR
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	03/05/2019
Data da 1ª entrada:	



00-2019/257358-6

7ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DENOMINADA**ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.****CNPJ/MF Nº 08.827.630/0001-46****NIRE: 33.2.0787896-7**

Pelo presente Instrumento de Alteração de Contrato Social:

ROBERTO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, técnico em contabilidade, registrado no CRC/RJ sob o nº RJ-070028/O-9, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 04.698.780-6-DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 513.280.037-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jacarandás da Península, nº 880, bloco 02, apartamento 1.503, Barra da Tijuca, CEP: 22776-050.

Único sócio representando a totalidade do capital social da **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42 - 11º e 12º andares, Edifício Passeio - Centro - CEP 20.021-290, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 08.827.630/0001-46**, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.0787896-7, em sessão de 09 de maio de 2007, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I - INGRESSO DE SÓCIO

Por este instrumento, decidem a unanimidade dos sócios, restabelecer a pluralidade dos sócios e, conseqüentemente, formalizar o ingresso na Sociedade da sócia **ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA**, brasileira, solteira, contadora, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 11.916.722-9 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.767.807-09, inscrita no CRC/RJ sob o nº RJ-114724/O-7, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Frei Orlando, 125, Jacaré, CEP: 24350-200, que passará a deter 01 (uma) quota do capital social da Sociedade, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando a quantia de R\$ 1,00 (um real), através da cessão e transferência de uma quota do sócio **ROBERTO FRANCISCO DA SILVA**, qualificado no preâmbulo, em caráter oneroso, cujo pagamento é feito neste ato pelo sócio cessionário ao sócio cedente, em moeda corrente nacional.

A cessão de quotas ora ocorrida é realizada de forma irrevogável e irretratável. O sócio cedente **ROBERTO FRANCISCO DA SILVA**, dá neste ato ao sócio e a Sociedade, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente às quotas ora cedidas, para mais nada reclamarem um do outro, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, a qualquer título e pretexto.

(Assinaturas manuscritas)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2019/257358-6 Data do protocolo: 03/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2019 SOB O NÚMERO 00003601944 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 77A4DB4AA1D4497D21EC479572CB1200D7A807535758570D5D69831951D7BD62

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/12

Com a cessão e transferência de quotas realizada através do presente Instrumento, o sócio **ROBERTO FRANCISCO DA SILVA** passará a deter 999 (novecentas e noventa e nove) quotas do capital social da Sociedade, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um real), somando a quantia de R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais).

Em decorrência da alteração mencionada no item precedente, resolvem os sócios, alterar a redação da Cláusula 3ª (Do Capital Social) da Consolidação do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação:

“Cláusula 3ª - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quantidade de Cotas	Valor total das Cotas (R\$)
ROBERTO FRANCISCO DA SILVA	999	999,00
ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA	1	1,00
TOTAL	1.000	1.000,00

Parágrafo Primeiro – O sócio remanescente assume a responsabilidade por todo o Ativo e Passivo verificados até esta data, enquanto não providenciar a admissão de outro(s) sócio(s) na Sociedade.

Parágrafo Segundo – Nos termos do artigo 1.033, IV do Código Civil (Lei 10.406/02), a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), sob pena de dissolução.”

II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em vista das alterações acima e para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE DENOMINADA

ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 08.827.630/0001-46

NIRE: 33.2.0787896-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

NIRE: 332.0787896-7 Protocolo: 00-2019/257358-6 Data do protocolo: 03/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2019 SOB O NÚMERO 00003601944 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 77A4DB4AA1D4497D21EC479572CB1200D7A807535758570D5D69831951D7BD62

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/12



CLÁUSULA 1ª - DA DENOMINAÇÃO E SEDE

A sociedade girará sob a denominação social de **ROCA SERVIÇOS CONTÁBEIS E FISCAIS LTDA.**, e adotará o nome fantasia "**MAZARS**", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42 - 11º e 12º andares, Edifício Passeio - Centro - CEP 20.021-290, e será regida pelas disposições do Código Civil aplicáveis especificadamente ao tipo jurídico adotado, para os casos omissos no presente instrumento e no Código Civil, os mesmos serão regidos supletivamente pela Lei nº 6.404/76, nos termos do § 1º, no artigo 1.503 do Código Civil.

Parágrafo Único – O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO SOCIAL

O objeto social é a prestação de serviços profissionais de assistência contábil, organização de sistemas contábeis, assistência contábil-fiscal, perícia contábil e demais serviços inerentes à profissão de contador e técnico em contabilidade, nos termos do artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, combinado com as Resoluções do CFC vigentes.

CLÁUSULA 3ª - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quantidade de Cotas	Valor total das Cotas (R\$)
ROBERTO FRANCISCO DA SILVA	999	999,00
ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA	1	1,00
TOTAL	1.000	1.000,00

Parágrafo Primeiro – O sócio remanescente assume a responsabilidade por todo o Ativo e Passivo verificados até esta data, enquanto não providenciar a admissão de outro(s) sócio(s) na Sociedade.

Parágrafo Segundo – Nos termos do artigo 1.033, IV do Código Civil (Lei 10.406/02), a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), sob pena de dissolução.

12

JK

CLAUSULA 4ª - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas sociais e os direitos de subscrição poderão ser cedidos entre os sócios livremente, contudo não poderão ser cedidos a terceiros, sem que antes os demais sócios e a sociedade sejam notificados por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem, em igualdade de condições, seu direito de preferência na aquisição. Não havendo manifestação dentro dos 30 (trinta) dias, por parte dos demais sócios, estes perderão o direito de preferência. A notificação conterá o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas e o preço por ele proposto.

Parágrafo Primeiro - Se todos os demais sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro-rata, as quotas e/ou direitos que restarem.

Parágrafo Segundo - A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem.

Parágrafo Terceiro - Os sócios remanescentes, representantes de mais de 1/4 do capital social, poderão rejeitar, expressamente, no mesmo prazo para manifestação do direito de preferência, mencionado no caput deste artigo, o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas.

I - Em caso de discordância o cedente poderá indicar, por escrito, até 2 (dois) novos interessados na aquisição das quotas, informando os nomes e os preços por eles propostos, devolvendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência pelos sócios e pela sociedade.

II - Persistindo a discordância, promover-se-á a liquidação dessas quotas, restituindo ao sócio retirante seus haveres, na forma da Cláusula 9ª deste contrato social.

Parágrafo Quarto - Não exercido o direito de preferência pelos quotistas e/ou pela sociedade, bem como não rejeitado, expressamente, o nome do terceiro interessado, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a um dos terceiros indicados, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo indicado no caput deste artigo, e após o qual a notificação perderá sua eficácia.

Parágrafo Quinto - A não observância do disposto neste artigo torna a transferência, cessão, alienação ou oneração, nula.

Parágrafo Sexto - Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo

R

[Assinatura]

artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, assim como a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

Parágrafo Sétimo - O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização.

CLÁUSULA 5ª - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ROBERTO FRANCISCO DA SILVA**, pelos procuradores por ele constituído, sendo que as procurações atenderão o disposto no artigo 1.018 do Código Civil, e sempre conterão os atos e operações que poderão ser praticadas pelos procuradores e o prazo de validade.

Parágrafo Primeiro - O administrador fica dispensado de caução e poderá ser destituído de suas funções, sem direito a qualquer indenização, devendo no mesmo ato proceder-se a sua substituição. O quórum deliberativo, tanto para a destituição, como para a nomeação do substituto, é de 75 % (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo - Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativa. Externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações. Para alienação ou gravame de bens do ativo cujo valor, individualmente ou no conjunto, corresponda a 20% (vinte por cento) ou mais do valor do patrimônio líquido contábil da Sociedade, é necessária a aprovação de sócios que representem pelo menos 50 % (cinquenta por cento) do capital social.

Parágrafo Terceiro - Externamente, a sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada:

- a) Por um administrador;
- b) Por procurador, estritamente de acordo com os poderes contidos nos respectivos instrumentos de mandato; ou,
- c) Por um procurador e um administrador, para questões relacionadas às movimentações de cunho financeiro, compreendendo, mais não se limitando, as movimentações bancárias, assinatura de contratos de câmbio e pagamentos de títulos e tributos, bem como, demais poderes que estiverem discriminados no instrumento de procuração.

Parágrafo Quarto - A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita desde que:

10

[Assinatura]

- a) Seja assinada por um dos administradores;
- b) Contenha prazo determinado de vigência, exceto se para fins judiciais; e,
- c) Especifique os atos a serem praticados.

CLÁUSULA 6ª - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão conta da sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, o resultado terá a destinação deliberada pelos sócios.

Parágrafo Único – Os lucros serão distribuídos aos sócios com base em demonstração de resultado apurada mensalmente, sem guardar necessariamente a proporcionalidade de suas cotas.

CLÁUSULA 7ª - DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES

A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com objetivo de:

- I – Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- II – Designar administradores, quando for o caso;
- III – Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro - A Reunião poderá ocorrer com a participação dos sócios deslocados ou residentes em localidades distantes e em outros países, através de áudio ou videoconferência, conectada em tempo real com a realização da Reunião, desde que respeitado o método colegial e o princípio da boa-fé.

Parágrafo Segundo - A Reunião será considerada válida e realizada no local onde se encontra fisicamente o Presidente e necessariamente o secretário, por ele indicado.

CLÁUSULA 8ª - DA RETIRADA, EXCLUSÃO, SUCESSÃO, APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, FALECIMENTO, AUSÊNCIA E INCAPACIDADE

Em virtude das características intelectuais individuais dos sócios que compõe o quadro societário da Sociedade, nas hipóteses de retirada, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade de qualquer um dos sócios, a apuração dos haveres consistirá na devolução do valor investido para integralizar a sua participação societária no capital social da sociedade, bem como do valor relacionado ao capital de giro, até a data base de sua retirada, exclusão, sucessão, aposentadoria

[Assinaturas manuscritas]

compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital - a correção será pelo índice que refletir a inflação do período contado da data da integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade pelo sócio até a quitação da 24ª (vigésima quarta) parcela prevista no parágrafo único.

Parágrafo único: O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no caput, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração.

CLÁUSULA 9ª - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

É admitida a exclusão de qualquer dos sócios, mediante simples alteração de contrato social, observando-se o quórum estabelecido no artigo 1076, inciso I do Código Civil, no caso de produtividade inferior aos critérios objetivos predefinidos pela sociedade por 3 (três) meses alternados ou consecutivos permitindo-se, ainda, a exclusão de qualquer dos sócios da Sociedade, a qualquer tempo, por justa causa, mediante a decisão de conjunto de sócios que representem pelo menos 75% do capital social integralizado.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por justa causa como sendo qualquer inobservância pelo sócio em questão das obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado e/ou na legislação aplicável, incluindo, (i) culpa ou dolo na condução dos negócios da respectiva sociedade, (ii) prática de atos contrários ao disposto na legislação aplicável, neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado, (iii) imposição de qualquer sanção (seja disciplinar ou de outra natureza) pelo órgão regulador da profissão no qual o sócio em questão seja ou deveria ser inscrito para o desempenho de suas atividades profissionais, (iv) prática de atos com a intenção de obter vantagem em nome próprio ou para terceiro que sejam prejudiciais aos interesses da respectiva sociedade, (v) quebra do affectio societatis; (vi) descumprimento de qualquer obrigação decorrente de qualquer contrato firmado com qualquer sociedade pertencente ao Grupo Mazars Brasil e/ou a qualquer outra sociedade do Grupo Mazars e ou (vii) ações do sócio que esteja tipificadas nos motivos passíveis da exclusão de sócio, previstos no item 15.3. do Acordo de Quotistas.

Parágrafo Segundo - Ao sócio de Saída, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, será dada ciência da causa justificada que se lhe imputa e será convocada Assembleia de Sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual, por si ou por procurador, poderá o Sócio de Saída usar da palavra e inclusive oferecer defesa escrita, mas sem direito de voto.

Parágrafo Terceiro - Os sócios excluídos da Sociedade por decisão dos demais sócios, farão jus ao reembolso das quotas por ele efetivamente integralizadas, através da apuração dos haveres, que consistirá na devolução do calor investido para integralizar a sua participação no capital social, bem como,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

do valor relacionado ao capital de giro, até a data de sua retira, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital – a correção será realizada pelo índice que refletir a inflação do período contado da data de integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade até a quitação da 14ª (vigesima quarta) parcela prevista no parágrafo 4º desta Cláusula.

Parágrafo Quarto – O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no parágrafo precedente, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração descrita no parágrafo 3º acima.

Parágrafo Quinto - O pagamento dos valores mencionados nos parágrafos terceiro e quarto acima isentará a sociedade das quotas e os demais sócios do seu grupo de quaisquer outros pagamentos ao Sócio de Saída ou a qualquer sucessor, inventariante ou curador do Sócio de Saída, a qualquer título.

CLÁUSULA 10ª - DA DELIBERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado, somente por deliberação dos sócios que detenham no mínimo 75% (setenta e cinco por extenso) do capital social.

CLÁUSULA 11ª - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O administrador nomeado, Sr. **ROBERTO FRANCISCO DA SILVA** declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar-se sob os efeitos dela, e pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLAUSULA 12ª - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará a cargo dos sócios que responderão pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, salvo aqueles previstos na alínea “c” para os sócios técnicos em contabilidade.

CLÁUSULA 13ª - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA



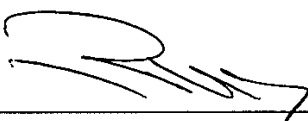
Toda e qualquer controvérsia que possa surgir da interpretação ou da execução deste contrato, será resolvida por um ou mais árbitros, de acordo com os termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96.

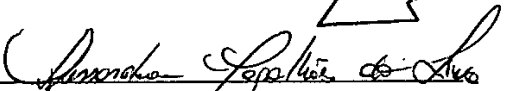
Parágrafo Primeiro – Os sócios renunciam expressamente à jurisdição Estatal, prevalecendo a jurisdição arbitral acima de qualquer outra, não comportando exceção. A jurisdição estatal somente funcionará como executora da sentença arbitral.

Parágrafo Segundo – A sede da Arbitragem e da prolação da sentença será a da Cidade de São Paulo.

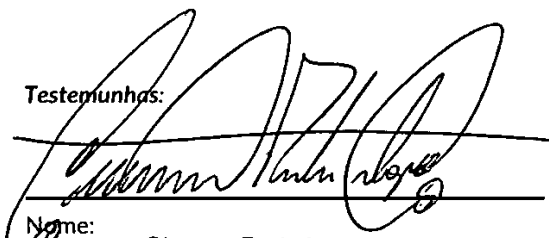
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 1 (uma) via, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

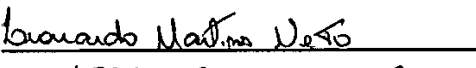
Rio de Janeiro, 02 de abril de 2019.


ROBERTO FRANCISCO DA SILVA
 CPF/MF nº 513.280.037-87
 Sócio Administrador


ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA
 CPF/MF nº 082.767.807-09
 Sócia ingressante

Testemunhas:


 Nome: **Giovane Porto Lopes**
 RG: **ID: 011.796.774-5 IFP/RJ**
 CPF: **CPF: 087.615.267-11**


 Nome: **LEONARDO MARTINS NETO**
 RG: **26.931.472.0**
 CPF: **102.247.472-88**

088575
AB103737

Rua Acre, nº 28 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 CEP: 20081-000 - Telefone: (21) 2533-6044
 BERKY PIMENTEL DA SILVA - Titular

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
ROBERTO FRANCISCO DA SILVA; ALESSANDRA MAGALHÃES DA SILVA
 Rio de Janeiro, 3 de maio de 2019 10:47:13
 Em test. de verdade para por
 Caroline B Copello - Escrevente
 Emolumentos: R\$ 11,22 TJ Fundos: R\$ 4,80 TOTAL: R\$ 16,02
 Selo: EDAD61865-RIW, EDAD61866-RNW
 Consulte em <http://www3.tjrr.jus.br/sistemaonline>

08/18/19
 Escrivente
 CAROLINE B. COPELLO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM

RJN1919841364

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

ROCA SERVICOS CONTABEIS E FISCAIS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

08.827.630/0001-46

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ26881754 - 08827630000146

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☐ FCPJ☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ Preposto

NOME

ROBERTO FRANCISCO DA SILVA

CPF

513.280.037-87

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA
UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir